



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PLP 76/03 - SUDENE		
EVENTO: Reunião Ordinária	N°: 1606/03	DATA: 01/10/03
INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 15h41min	DURAÇÃO: 53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 53min	PÁGINAS: 15	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Relato das visitas da Comissão às cidades de Fortaleza, Estado do Ceará; João Pessoa, Estado da Paraíba; Salvador, Estado da Bahia; Montes Claros, Estado de Minas Gerais; Recife, Estado de Pernambuco; e Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

OBSERVAÇÕES
Há orador não identificado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - Declaro aberta a quarta reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76/2003, do Poder Executivo, que institui, na forma do art. 46 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.

Já se encontram sobre as bancadas cópias da ata da terceira reunião.

Consulto o Plenário sobre se há necessidade de leitura da ata.

(Não identificado) - Solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - Solicitada a dispensa da leitura da ata, declaro-a aprovada.

Comunico aos Srs. Deputados que a relação dos expedientes recebidos pela Comissão encontra-se sobre as bancadas.

Ordem do Dia.

A pauta de hoje prevê o relato das viagens a Fortaleza, Ceará; João Pessoa, Paraíba; Salvador, Bahia; Montes Claros, Minas Gerais; Recife, Pernambuco; e Natal, Rio Grande do Norte. O segundo item é a eleição do 3º Vice-Presidente da Comissão.

Concederei a palavra ao Deputado Zezéu Ribeiro, para relatar as visitas da Comissão.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço vênias para ampliar o relato, não só das reuniões que fizemos no Nordeste, mas também dos seus desdobramentos.

A intenção original era visitar o maior número possível de cidades de diversos Estados. Estávamos premidos pelo cronograma da Comissão, que previa o encerramento do prazo da urgência constitucional no dia 15. Então, selecionamos algumas e realizamos essas reuniões. Mas pelo desenrolar dos trabalhos e, particularmente, pela apreciação da reforma tributária, que retirou a possibilidade de constituição do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional no âmbito da Câmara dos Deputados, articulamos intervenção junto ao Palácio do Planalto no sentido de adiar a votação desse projeto e, assim, termos um prazo maior para a discussão.

Nesta semana me reuni com o Ministro José Dirceu, com o Líder do Governo no Senado, Senador Aloizio Mercadante, com o Secretário-Executivo do Ministério



da Fazenda, Bernard Appy para discutir o assunto. Já havia concordância também do Ministro Ciro Gomes e da economista Tânia Bacelar de que, com o esvaziamento do projeto, ou seja, a retirada do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, os recursos da SUDENE seriam destinados a externalidades. E, por isso, deveríamos buscar reconstituir esse espaço. O prazo ainda está indefinido, mas esperamos obter sucesso no encaminhamento, junto ao Senado — pois houve receptividade muito grande do Palácio, por intermédio do Ministro José Dirceu e do Sr. Bernard Appy —, da reconstituição do Fundo, com ênfase para o Nordeste.

Nas visitas fizemos contato com 5 Governadores: Lúcio Alcântara, do Ceará; Wilma de Faria, do Rio Grande no Norte; Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco; Paulo Souto, de Salvador; e, via telefone, com Wellington Dias, do Piauí. Com maior ou menor intensidade, todos estão preocupados com o restabelecimento dessa relação. E encontramos ótima parceria com o Secretário de Planejamento de Pernambuco e da Bahia, para a restauração do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. A concepção básica da sua instituição era privilegiar o Nordeste, onde o hiato é maior entre a população e a nossa participação no PIB. No Nordeste vivem 28% da população brasileira, que produz 13% das riquezas nacionais. Isso implica alocação maior de recursos do Fundo para as externalidades do Nordeste: infraestrutura hídrica, de transporte, de comunicação e de energia, complementando ações da União, de Estados e Municípios nessas áreas; capacitação e complementação de arranjos e cadeias produtivas através de capital de risco, versão direta, governamental, e através de fundo de aval.

Esse era o desenho básico da SUDENE. O Fundo seria composto da arrecadação de 2% do IPI e do Imposto de Renda. Pois bem. Na discussão da reforma tributária, esses recursos foram fatiados com os Estados. No momento em que houve ausência de política, cada um se achou no direito de pedir também seu quinhão. E assim foi.

Nossa expectativa é de reversão dessa situação no Senado. Convoco todos os Deputados a participarem do movimento de sensibilização dos Governadores. Parece que ontem, na reunião entre os Governadores, houve avanço. Então, cabe a nós responsabilidade enorme no sentido da recuperação desse instrumento que dará poder ao Conselho Deliberativo da SUDENE na definição das prioridades. E só



vamos conseguir vencer esse desafio com a efetiva unidade da bancada nordestina e com a sensibilização dos representantes dos outros Estados.

O desenvolvimento nacional será efetivo se conseguirmos superar as desigualdades regionais e intra-regionais que hoje também se afirmam com muito rigor. Esse é o nosso desafio.

Como o processo gerou espaço para negociação e crescimento, queremos retomar as discussões nos Estados. A companheira Terezinha Fernandes me diz que há necessidade de visitarmos São Luís do Maranhão. Alguns Estados ainda não foram contemplados com a visita da Comissão, entre eles Maranhão, Piauí, Sergipe e Alagoas. Queremos programar viagens a esses Estados.

Vou fazer um breve relato sobre as visitas que fizemos aos Estados. A primeira visita foi a Fortaleza, no Ceará, onde participamos de um café da manhã com o Governador Lúcio Alcântara e os Ministros Ciro Gomes e José Graziano, para discutir particularmente a reforma tributária.

Numa audiência pública na Assembléia Legislativa do Estado, com a presença do Ministro Ciro Gomes, dos Deputados José Pimentel, João Alfredo, Roberto Pessoa e Ariosto Holanda, além de 25 Deputados Estaduais, as discussões centraram-se na participação do BNB, na composição do Conselho Deliberativo e na proposta de ampliação e do Fundo de Ciência e Tecnologia no âmbito da SUDENE.

Durante um almoço com o Presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, e o Diretor Pedro Eugênio, concedemos entrevista à *TV Cultura* de Fortaleza, falando também sobre a SUDENE.

Em João Pessoa, com a efetiva colaboração do Deputado Luiz Couto, aqui presente, realizamos concorrida audiência pública no SEBRAE, da qual participaram S.Exa., representantes do Governo do Estado, da Prefeitura, da Federação das Indústrias, das universidades, do SEBRAE e Deputados Estaduais. Houve mobilização intensa no sábado de manhã, que continuou depois das 13h. Discutiu-se muito nessa reunião a capacidade de investimento da SUDENE na Paraíba; o papel das universidades nos comitês gestores; e até a reivindicação de participação no Conselho Deliberativo.

Em Salvador, a reunião foi realizada no dia 15 de setembro, na Universidade Federal. Embora fosse a terra do Relator, só contamos com a participação do



Deputado baiano Luiz Carreira, bem como da economista Tânia Bacelar e do Reitor da Universidade Federal da Bahia.

No debate, a participação da universidade teve ênfase muito grande. A reunião ocorreu no gabinete do Conselho de Reitores da Universidade, mas dela participaram quase todos os órgãos federais que têm representação na Bahia e membros da Assembléia Legislativa.

No dia 22 de setembro, estivemos em Recife, Estado de Pernambuco. Recebemos grande contribuição do Líder do Governo na Prefeitura, Vereador Jurandir Liberal. Participamos de um jantar com o companheiro Maurício Rands e o Prefeito João Paulo, no domingo ainda. E na segunda-feira pela manhã participamos do programa *Bom Dia Pernambuco*, da Rede Globo.

Fizemos uma reunião importante com os servidores da SUDENE, estudamos alternativas e estamos discutindo a possibilidade de apresentação de uma emenda que ressalte a memória da categoria. Por ser lei complementar, não cabe a definição administrativa da situação funcional dos servidores da SUDENE, mas resgatamos a sua memória, para ser aproveitada no processo.

Estivemos com o Governador Jarbas Vasconcelos e o incentivamos a entrar nessa luta pela SUDENE. Nesse sentido, exerceu papel destacado o Secretário de Planejamento do Governo de Pernambuco, José Arlindo.

À tarde fizemos uma audiência na Assembléia Legislativa do Estado, da qual participou o Presidente da Comissão, Marcelino Fraga. S.Exa. não esteve na reunião da manhã, na SUDENE, mas nos acompanhou na visita ao Governador e presidiu a audiência na Assembléia Legislativa. Estiveram presentes os Deputados Armando Monteiro, Eduardo Campos, José Múcio Monteiro, Maurício Rands, Paulo Rubem Santiago e diversos Deputados Estaduais, assim como representantes de vários segmentos da sociedade, da Câmara de Vereadores e dos servidores.

A discussão se pautou principalmente no papel histórico da SUDENE para o desenvolvimento da região; na necessidade de estabelecimento de mecanismos de controle sobre os recursos públicos; e na forte reivindicação por parte dos empresariados de capitalização dos investimentos.

No dia 23, fizemos uma reunião em Natal, Estado do Rio Grande do Norte e contamos com o apoio também decisivo da Deputada Fátima Bezerra. Concedemos entrevista ao programa *Bom Dia Natal* e depois participamos de reunião com a



Governadora Wilma da Faria, em que discutimos também a reforma tributária e suas conseqüências no processo de criação da SUDENE. S.Exa. também reivindicou a compensação em relação ao ICMS na reforma tributária, afirmando a necessidade da partilha desse processo, mas se colocou à disposição para contribuir no debate.

Depois, o Secretário de Planejamento do Estado participou intensamente da audiência na Assembléia Legislativa e fez o compromisso de contribuir conosco na reversão desse quadro. Participaram também a Deputada Sandra Rosado, integrante desta Comissão, que muito contribuiu para a reunião, além de Deputados Estaduais e de lideranças políticas.

Há uma queixa grande no Estado do Rio Grande do Norte, relativa ao pouco aporte de recursos da esfera da SUDENE.

Todas as audiências foram gravadas em fitas. Estamos providenciando a transcrição, o que nos ajudará no relato das viagens. Esperamos que o calendário seja feito para ampliarmos a discussão.

Estamos trabalhando na composição do relatório. A Sra. Verônica, consultora da Casa, está nos ajudando. Fizemos também reuniões com consultores da área de Direito Constitucional e de finanças. Pretendemos aprofundar o estudo em relação aos diversos fundos orçamentários e financeiros existentes no Brasil, fruto de incentivos fiscais, para definirmos melhor o processo de recriação da SUDENE.

Entendemos que, se não tivermos alicerce para fazer as inversões externas e a complementação da infra-estrutura e das cadeias produtivas, haverá uma fragilidade muito grande, o que particularmente me leva a pensar que melhor seria utilizarmos instrumentos mais localizados do que um que englobasse a região como um todo, e que tivessem capacidade de intervir nas diferenciações intra-regionais.

Quero registrar também que no dia 19 de setembro estivemos em Montes Claros, Minas Gerais. Fizemos questão de ir ao Município, apesar de alguns colegas serem contrários por acharem que a discussão seria difícil. Mas fizemos uma bela discussão, que resultou em diversas emendas ao nosso projeto de lei, relacionadas à ampliação da área da SUDENE. Elas tratam da incorporação de áreas do nordeste de Goiás, da ampliação da área do Vale do Rio Doce, de interesses diversos em relação a Municípios desmembrados de São Romão, como Arinos e Formoso, que também reivindicam a incorporação.



Esclareço que, no entendimento dos Relatores e dos propositores do projeto de lei, esses Municípios já estão inclusos na nova área, embora o texto apresentado não tenha sido claro nesse sentido. Eles achavam que apenas os Municípios que viessem a ser desmembrados é que estariam incorporados. Mas o sentimento da equipe que elaborou o texto, do Ministro Ciro Gomes e da economista Tânia Bacelar é de que esses Municípios estão inclusos. Vamos explicitar melhor essa questão.

Estamos tendo o cuidado e a preocupação de não generalizar a ampliação das áreas, embora tenhamos ficado extremamente sensibilizados com a reivindicação de Municípios à margem esquerda do Rio Doce, que vivem situação de degradação. O País precisa ficar atento a esses fatos. Fiquei chocado com as imagens do revestimento florístico e vegetal daquela área. Há 50 anos, os que combatiam o processo avassalador de desmatamento eram criticados. Dizia-se que aquela floresta não acabaria nunca. E hoje há um processo intenso de desertificação da área; os rios tornam-se intermitentes, como o Rio Doce, e a mineração agrava a degradação do solo. Isso nos preocupou extremamente. Faremos discussão ampla na Comissão, com o intuito de resolvermos essas questões.

Gostaria de frisar que os Municípios da área de São Romão já estão incluídos. Os Deputados Márcio Reinaldo Moreira, Athos Avelino, Marcelino Fraga e eu, Relator, além de diversos Deputados Estaduais e representantes de universidades — UNIMONTE, Universidade Comunitária —, assistimos à bela exposição do Pró-Reitor de extensão da UNIVALE sobre o Rio Doce em reunião que começou às 10h30min e se estendeu até as 14h, com a participação ativa da Câmara de Vereadores, que também trouxe grande contribuição aos debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - Agradecemos ao Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, as observações sobre a área mineira da SUDENE, a sensibilidade com relação a Municípios que se emanciparam de regiões pertencentes à superintendência e que talvez venham a ser incorporados e a apreciação sobre nosso pleito, relativamente à emenda de redação, de modo que os Municípios que tenham sido ou venham a ser criados por desmembramento dos entes municipais citados no *caput* de nossa lei sejam incorporados à SUDENE da mesma maneira, sem pretensões expansionistas de criação ou aumento da área de atuação.



Vamos franquear a palavra aos Srs. Deputados presentes, seguindo, a princípio, a lista de inscrição.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o relato do Deputado Zezéu Ribeiro, Relator do projeto, apresenta algumas dúvidas. Em primeiro lugar, não podemos, de modo algum, admitir uma nova SUDENE esvaziada. Ela nasceu forte e depois foi sendo esvaziada por aqueles que enriqueceram à sua custa e a transformaram em “SEDANE”.

Srs. Deputados, sem o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste não adianta recriar a SUDENE, sob pena de se tornar estrutura vazia ou mesmo morta. Esse é o primeiro ponto. O que importa na recriação da SUDENE é o processo de inclusão social de milhões de brasileiros que moram na região e que se encontram fora do processo de desenvolvimento. Durante muito tempo receberam migalhas provenientes da indústria da seca, cestas básicas etc., mas não viram o desenvolvimento da região.

Sr. Presidente, este relatório é importante, mas imprescindível é que todos os Parlamentares ligados à recriação da SUDENE se engajem no sentido de fazer com que ela nasça forte o suficiente para promover o desenvolvimento da Região Nordeste.

Manifesto essa preocupação porque sei que o Governo já admite retomar o projeto original da reforma tributária e, nesse caso, restará a questão do Fundo para ser discutida. Mas tenho certeza de que o nosso Governo, juntamente com esta Comissão e a bancada nordestina, exigirá que a nova SUDENE nasça com toda a força e faça milhões de brasileiros que habitam nessa região penalizada acreditarem que o desenvolvimento econômico e social ocorrerá.

Não queremos mais migalhas. Não queremos mais esmolas. Não queremos mais cestas básicas. Queremos, sim, respeito e dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - O Relator prefere falar agora ou no final? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional é uma preocupação manifestada pelo Sr. Relator, mas há de se destacar que, quando



surgiu a idéia de recriação da SUDENE, ainda não existia a idéia de criação desse Fundo. Então, não podemos vincular, de forma alguma, a SUDENE a este Fundo, que foi criado para compensar os Estados que abrem mão dos incentivos fiscais, via reforma tributária.

Se lá no Senado não se reverter a situação — e talvez não se reverta mesmo —, o Sr. Relator terá um papel importante a desempenhar no sentido de estabelecer fontes de financiamento para a SUDENE, se não ela não terá mais a função de incentivadora do desenvolvimento da região. Não vamos esperar por este Fundo. Vamos encontrar fontes de financiamento que dêem à SUDENE uma posição de destaque no processo de diminuição das desigualdades regionais, de desenvolvimento do Nordeste, de geração de empregos e de renda.

Era só essa a observação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - Com a palavra o Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados, este momento é de grande importância para o Nordeste, que convive com as diferenças regionais e sempre tem recebido a menor parte de tudo que se destina a beneficiar o País. E, mesmo quando se pensa em beneficiá-lo, outras regiões aparecem e querem ser iguais ao Nordeste para levar os recursos.

Quanto ao Fundo, realmente ele deve ser estudado de acordo com o resultado da votação da reforma tributária no Senado. Este é o momento de reorganizar a SUDENE, partindo do conhecimento que temos do que ela foi e como funcionou até a sua extinção.

É claro que temos de analisar os vícios e os defeitos, para que eles não sejam repetidos na nova SUDENE. A responsabilidade desta Comissão é muito grande porque tem subsídios, sabe o que não funcionou e por que não deu certo. Então, deverá apresentar um relatório que realmente venha ao encontro dos anseios de todos os nordestinos.

Encerro fazendo uma pergunta ao nobre Relator. S.Exa. disse que, numa reunião em Fortaleza, houve sugestão de ampliação do Conselho Deliberativo da SUDENE. Gostaria de conhecer o conteúdo desta proposta e saber qual foi a posição adotada pelo Relator.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - Com a palavra o Deputado B. Sá.

O SR. DEPUTADO B. SÁ - Prezado Presidente Cleuber Carneiro, prezado Relator Zezéu Ribeiro, caros colegas, sem dúvida a responsabilidade desta Comissão é grande, principalmente pelo interessante momento histórico que o País atravessa.

Tomamos conhecimento desse belo trabalho estatístico do IBGE — *Estatísticas do Século XX*, que aponta grande crescimento do País. O Brasil não apenas cresceu 10 vezes em termos de população, mas também foi capaz de crescer muitas vezes mais em termos de riquezas e de Produto Interno Bruto. Lamentavelmente, ocupa a sexta posição no mundo entre os grandes concentradores de renda. Somos superados apenas por 5 republiquetas miseráveis do continente africano.

Deste nosso País, o Nordeste continua sendo a região que apresenta os maiores bolsões de atraso, de subdesenvolvimento e de depressão econômica.

Por tudo que já lemos e nos foi informado a respeito da atuação da extinta SUDENE, sabemos que ela foi pensada inicialmente para ser grande e estratégica planejadora do desenvolvimento da região. No entanto, é consabido que ela direcionou maciçamente a distribuição dos incentivos fiscais pelo Fundo Institucional do Nordeste a 2 ou 3 Estados, com prejuízo para os demais.

Preocupa-nos saber, por exemplo, que Minas Gerais, Estado administrado pelo meu amigo Aécio Neves, reivindica não só participação maior no polígono da seca, com a introdução dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, para conseguir assistência da SUDENE e do Banco do Nordeste, mas também participação no Fundo de Desenvolvimento Regional sugerido pelo Governo Federal, composto de 2% do IPI e do Imposto de Renda, entrando o Estado do Rio de Janeiro na esteira dessa reivindicação. Se os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri são regiões atrasadas de Minas Gerais, praticamente 80% do Estado estão em pleno desenvolvimento. Eu diria que Minas Gerais tem condição, por si só, de tocar o desenvolvimento de suas regiões deprimidas economicamente.

Já em alguns Estados do Nordeste, a exemplo do Piauí, há um nivelamento por baixo. A desconcentração de renda, se assim podemos dizer, é violenta no Estado, e se distribui uniformemente o lençol vastíssimo da pobreza.



Ainda ontem o *Jornal Nacional*, da forma como a *Globo* sabe fazer, com todo o carisma que possui, com a espetacular audiência que tem, com seus apresentadores de palavras bem colocadas, de entonação de voz perfeita, mostrou uma nordestina idosa, encarquilhada pela pátina do Sol e do tempo, chorando a morte de mais algumas de suas vaquinhas pela seca inclemente. A reportagem expôs a situação em que se encontra toda a região semi-árida.

Ontem mesmo, nos jornais do Piauí, estavam denúncias e mais denúncias de Vereadores e lideranças políticas de determinadas regiões semi-áridas. Queixam-se eles de que Prefeitos ou líderes políticos estão fornecendo água em carros-pipas nessa ou naquela comunidade, de acordo com a sua preferência, como se repete há décadas, consoante a sua intenção política e eleitoral.

É profundamente lamentável que exatamente nessas regiões existam duas grandes obras já iniciadas pelo Governo Federal com recursos do Orçamento da União de 2003, mas paralisadas. Estamos no 10º mês do ano, e já cansei as pernas de tanto andar pelos Ministérios, mas não a esperança de chamar a atenção para isso. Está sendo distribuída água em carro-pipa, solução paliativa, eivada de miséria politqueira e eleitoral. Enquanto isso, as soluções definitivas são deixadas de lado: obras que vão resolver definitivamente essa situação.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, que essa nova SUDENE, que saudamos como a mais benfazeja das intenções do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, promova de fato a integração, não só do Nordeste ao contexto da Nação, mas também de Estados como o Piauí, a fim de que consigam se soerguer.

Não será feliz um país ou região que tenha uma parte bem desenvolvida e outra extremamente atrasada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - Esta Presidência, não havendo mais oradores inscritos, passa a palavra ao Relator, para responder aos questionamentos dos Deputados que se manifestaram.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Obrigado, Sr. Presidente. Quero fazer uma reflexão a respeito dos recursos da SUDENE, questão tão bem abordada aqui pelos Deputados Luiz Couto e Antonio Cambraia.

A SUDENE não vai ter mais a função executora característica do fim dos anos 50 e início dos anos 60, quando o Estado era totalmente despreparado quanto ao planejamento e à intervenção regional, bem como a iniciativa privada. Hoje a própria



SUDENE atua no processo de planejamento, por intermédio de equipes técnicas, dando suporte a Estados e Prefeituras. Temos ainda muitas Prefeituras despreparadas e incapacitadas para tal tarefa.

A SUDENE não deve ser um órgão operativo. Ela deve usar os instrumentos que tem nos planos federal — CODEVASF e DNOCS —, estadual e municipal para planejar, articular e promover o fomento. Para planejar e articular bem, faz-se necessária a força política. Estamos reforçando a proposta relativa ao Conselho Deliberativo. Vou depois responder ao Deputado Helenildo Ribeiro sobre essa questão. A SUDENE deve ter força e poder econômico para interferir regionalmente e alocar recursos. A meu ver, a União deve promover o desenvolvimento, de um lado, e Estados e Municípios, de outro.

Vamos reforçar essa cadeia produtiva, porque agrega valor à produção. Vamos investir em hidrovias, estradas, extensão de energia numa base hidráulica, para promover a irrigação. Temos capacidade para fazer isso, mas precisamos atrair os demais atores para atuarem em conjunto.

A idéia do Fundo é essa, Deputado Cambraia. Tem origem no projeto de governo de Lula. O documento fundador da nova SUDENE, que está disponível no *site* do Ministério da Integração Nacional, é a PEC nº 41. Os recursos para as externalidades — infra-estrutura, capacitação, inovação tecnológica e complementação das cadeias produtivas, mediante fundo contábil de capital de risco e de aval — seriam também destinados para o financiamento subsidiado, à medida que as desvantagens locais mais se aflorem. Essa é a preocupação do Deputado B. Sá. Onde as desvantagens são maiores, a capacidade de investimento seria maior. Por quê? Porque o desenvolvimento do Nordeste foi feito de forma diferenciada; não são 2 ou 3 Estados que concentram regiões metropolitanas, mas 3 cidades, a saber: Salvador, Recife e Fortaleza. Quando eu disse isso em Salvador, os jornais publicaram a seguinte afirmação: “A SUDENE não prioriza Salvador”. Essa é uma visão equivocada. Não me interessava dizer isso. Os recursos dessa conta têm de ser destinados às regiões em que a pobreza e a diferenciação são maiores. Nesse sentido pronunciou-se o Deputado B. Sá.

Para complementar, o Fundo já estava previsto na concepção original da nova SUDENE, fundamentalmente para complementar a infra-estrutura. Assim se socializa muito mais o investimento público. Por exemplo: a estrada construída vai



beneficiar o escoamento da produção de caju de B. Sá e toda a região. É melhor criar mecanismos de incentivo para verticalizar a produção, mas a estrada amplia o benefício a outros setores. É um exemplo simples desse processo. Mas a intenção é promover a implantação de infra-estrutura, a fim de contribuir para a alavancagem desse processo. E como isso vai ser feito de forma...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Permita-me um aparte com relação ao Fundo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da regulação da proposta de recriação da SUDENE consta, sim, a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional — FNDR. O Nordeste detém cerca de 27% da população brasileira, mas é responsável por apenas 12% do PIB nacional. É lamentável que os Governadores não tenham percebido que o Fundo é instrumento importante para o desenvolvimento regional e que tenham adotado a lógica do fatiamento.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Obrigado, Deputado Luiz Couto. Sei que o Vereador Antonio Cambraia... desculpe-me por chamá-lo de Vereador. Passei 10 anos em uma Casa legislativa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA - É em homenagem ao Vereador. Gostaria de ter sido.

Não disse, absolutamente, que a SUDENE não precisa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para aplicação no Nordeste. Mas acredito que não deve ser ou não deveria ser seguido o que dispõe a PEC nº 41, porque os recursos se destinam a compensar os Estados que perdem incentivos fiscais. Estou advogando em favor do Nordeste, para que receba mais recursos, porque as disparidades regionais são muito grandes. Sabemos que, quando se destina 100 para São Paulo, destina-se apenas 1 para o Nordeste. Portanto, quero melhorar essa relação.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Obrigado, Deputado. V.Exa. reforça uma questão que eu havia notado.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional não foi pensado como fundo de compensação. Foi um desvio de percurso. E foi assumido a partir da iniciativa de um dos Governadores do Nordeste. Precisamos recuperar isso. Em um dos debates de que participei — e quero fazer esse enfrentamento —, o Secretário de Planejamento me disse: *“Não fomos nós que sugerimos que fosse um fundo de*



compensação”. A Deputada Fátima Bezerra presenciou isso. Eu disse: “*Vocês talvez não tenham sugerido, mas caíram num viés paulistano*”. Possivelmente, isso ocorreu por causa de um viés paulistano de entendimento do Brasil.

O nosso desafio é recuperar o melhor entendimento do País. Se foi apresentada essa solução para a perda dos recursos do Nordeste, não deveríamos usar o dinheiro que já é nosso. Temos de buscar outras fontes. Eu disse isso também publicamente e quero enfrentar a questão com V.Exas., porque sozinho tenho certeza de que não vou conseguir. Se solidificarmos essa idéia, vamos conseguir obter os resultados que desejamos. Cabe a nós entrarmos em entendimento com Governadores, Deputados Estaduais, Vereadores, enfim, fazer movimento nacional nesse sentido.

Por fim, refiro-me à questão levantada pelo eminente Deputado Helenildo Ribeiro. Há uma discussão que precisamos aprofundar: o Conselho Deliberativo da SUDENE. Há propostas as mais diversas de ampliação do órgão. Ele deve ser ampliado horizontalmente para absorver forças vivas da sociedade que merecem, por sua história até, representação desse nível, a exemplo das universidades? Ouvi um companheiro sugerir a presença das universidades estaduais no Conselho Deliberativo. Isso vai gerar reivindicação das universidades federais, das universidades particulares. A meu ver, se horizontalizarmos a representação, entes que têm papel determinante perderão força, e haverá esvaziamento. Os Governadores têm papel importante nesse processo. Entendemos que o Conselho deve ser mais enxuto, que os Governadores têm força para absorver outras representações, mas não podemos ampliar muito a composição.

Há uma proposta muito discutida no Ceará: a participação do Banco do Nordeste no Conselho Deliberativo. É um órgão que fez parte da superintendência, o que muito nos sensibiliza. Mas temos de fazer um processo de avaliação muito seguro, porque, se incluirmos apenas o Banco do Nordeste, a CODEVASF vai reivindicar participação, bem como o DNOCS.

Quero que o BNDES tenha participação ativa no Nordeste. E saúdo publicamente a iniciativa do Senador Jefferson Péres. Por telefone, parabeneizei S.Exa. por ter sido aprovado em primeiro turno, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, substitutivo de sua autoria que determina que, a partir de 2005, pelo menos 35% das aplicações totais no Brasil feitas pelo BNDES sejam



destinados aos Estados da Amazônia Legal e das Regiões Nordeste e Centro-Oeste. Não se vai conseguir fazer isso, mas que é uma bela provocação, é.

Outra provocação desse naipe fez a Deputada Vanessa Grazziotin, que inverte a equação para a área de Ciência e Tecnologia, propondo investimento de no mínimo 30% nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta não vai ser aprovada, mas é válido trazer essa discussão à baila.

Para conquistarmos esses espaços, é preciso criar uma integração política em prol do Nordeste do Brasil e do rompimento das desigualdades intra-regionais. Esse é o grande desafio de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - Com a palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, quero fazer um registro breve. O Relator já fez o relato das reuniões técnicas realizadas pela Comissão em outros Estados, mas eu gostaria, na condição de Deputada Federal do Estado do Rio Grande do Norte, de dar meu testemunho. A reunião foi muito boa. Tanto o Relator quanto o Presidente da Comissão puderam constatar que a reunião foi muito proveitosa no que diz respeito à discussão e à representatividade. Estiveram lá representantes de trabalhadores, do setor produtivo, de universidades, do Governo do Estado e do Poder Legislativo, tendo em vista que a reunião se deu exatamente nas dependências da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

Foi, sem dúvida alguma, uma grande oportunidade para que os mais diversos segmentos da sociedade norte-rio-grandense tomassem conhecimento mais detalhado do conteúdo do projeto e em que estágio se encontra. O próprio Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, fez o alerta acerca dos recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Tivemos oportunidade de entrar em contato com a Governadora do nosso Estado, a Profa. Wilma de Faria, à qual o Relator pediu apoio e empenho.

Portanto, registro nossa satisfação com o resultado da reunião técnica realizada em Natal na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cleuber Carneiro) - Tendo em vista a falta de *quorum*, esta Presidência não realizará a eleição da 3ª Vice-Presidência. Entretanto, registra a indicação, pelo Líder do PSDB, do Deputado Helenildo Ribeiro para concorrer ao cargo.



O Relator sugere que façamos na próxima semana reunião para discutir o calendário das visitas aos Estados que demandaram a presença da Comissão. Portanto, realizaremos reunião no dia 8 de outubro, quarta-feira, às 14h30min, no Plenário 16.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência encerra a presente reunião.